

AS INCERTEZAS DA NOSSA MODERNIDADE E O IMPASSE UNIVERSITÁRIO *

MOISÉS DE LEMOS MARTINS **

Em rigor, é possível formular uma reflexão, mesmo uma reflexão sobre a Universidade, sem a necessidade de me perguntar de que direito o faço. A instituição que me convidou está aqui presente para afastar esta interrogação, e para afastar também a minha angústia, agora que balbucio as primeiras palavras. Além disso, tendo-me acolhido no seu seio, há muito tempo que a Universidade me investiu do poder de falar com autoridade e instituiu a minha palavra como discurso pronunciado por quem de direito.

Este pequeno exórdio introduziu-me já no cerne do nosso debate sobre a Universidade, pelo viés da linguagem. O discurso universitário, seja o discurso pedagógico, seja o discurso científico, é um discurso de autoridade. É um discurso que tem crédito, no duplo sentido do termo: tem autoridade e faz-se fé nele, acredita-se nele.

* Intervenção feita a 18 de Maio de 1994 no debate organizado pela Escola de Engenharia da Universidade do Minho, em Guimarães, sobre o tema « A Universidade no final do século XX », e que contou com a participação dos Professores S. Machado dos Santos, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Carlos A. A. Bernardo e J. Barbosa Romero, da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, e Rui C. Guimarães, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

** Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Interessante é assim assinalar desde já a imbricação entre a linguagem e o poder, que o mesmo é dizer entre a ciência e a pedagogia, que são linguagens, e o poder. Não há uma linguagem inocente nem um poder mudo. Quer isto dizer que o belo ideal de inspiração habermasiano que Michael Oakshott, Manuel Maria Carrilho e Boaventura Sousa Santos cometem à Universidade de fazer sua missão e seu destino a linguagem participativa, dialógica, cooperativa, conversacional, a procura dos universais da comunicação, não justifica a confiança que bem gostaria de poder dar-lhe¹.

Voltarei a este aspecto, mas antes de avançar na minha reflexão, gostaria de agradecer à Comissão Organizadora deste debate, e ao Professor Carlos Bernardo em particular, a gentileza de me terem convidado. É certo que o prazer de estar aqui presente teve que se conjugar com o enorme sobressalto que o convite feito sobre a hora em mim provocou. Mas, como é sabido, nem todos os prazeres são tranquilos, e o que importa é que aqui estou, com muito prazer.

Em 1968, a revista *Análise Social*, do Gabinete de Investigação Social, hoje Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, publicou dois « números especiais », um número duplo e um número triplo, ambos sobre « A Universidade no vida portuguesa ».

Num testemunho dado sobre as origens das Ciências Sociais em Portugal, escrito vinte anos depois, para o n.º 100 da *Análise Social*, escreve Sedas Nunes que estes trabalhos sobre a Universidade tinham chegado no melhor momento, uma vez que estava para breve a reforma Veiga Simão.

Em 1969, a mesma revista publica um extenso artigo de intervenção de Sedas Nunes, em co-autoria com Miller Guerra, com o título « A crise da Universidade em Portugal — Reflexões e sugestões ».

Três anos mais tarde, em 1972, ainda a mesma revista publica um artigo de Sedas Nunes sobre « A universidade no sistema de ensino português ».

Penso que estes trabalhos constituem o mais exaustivo e sólido estudo acerca das Universidades e da sua população docente e discente, desde sempre efectuado em Portugal. Mas surpreendem-me algumas considerações feitas a propósito pelo saudoso Professor Sedas Nunes. « Reuniu-se

¹ Veja-se de M. OAKSHOT, « A ideia de Universidade », in *Colóquio / Educação e Sociedade*, n.º 3, Julho de 1993, pp. 21-34; de M. Maria CARRILHO, « Universidade: comunicar e conversar », in *Colóquio / Educação e Sociedade*, n.º 3, Julho de 1993, pp. 13-20; de B. S. SANTOS, « A Universidade na pós-modernidade », in *Jornal de Letras*, 31 de Outubro de 1989.

nesses volumes », diz o Professor, « um imponente acervo de investigações e artigos de intervenção que [...] nunca mais permitiria a quem quer que fosse, Ministro ou não, que quisesse escusar-se a enfrentar os problemas universitários e a tomar decisões, alegar, como de costume, que 'era preciso estudar o assunto' »². De facto, conclui Sedas Nunes, « paticamente tudo ali estava estudado »: as estruturas e o funcionamento interno das Universidades, as suas mudanças em múltiplos aspectos, as suas articulações com a estrutura social do país, enfim a transformação da massa estudantil numa força social e política³.

Há em Sedas Nunes um gosto de totalização a que não é certamente estranho o seu longo convívio com Hegel e com Marx, como chegou a ser apanágio de todo o bom católico « progressista », se me permitem a utilização desta expressão datada dos anos 60/70.

Estas considerações projectam também na ciência um desígnio redentor, que hoje parece bem falacioso.

Mas há igualmente aqui, nas palavras de Sedas Nunes, um forte sentido do concreto e a consciência de uma permanente responsabilidade cívica.

Coisa curiosa, no entanto: praticamente tudo estava estudado sobre a Universidade e as soluções propostas eram moderadas⁴. Sedas Nunes não queria nenhuma revolução, mas tão-só reformas. Ironia do tempo: por essa altura, « os professores não queriam ouvir falar de reformas, e aos estudantes apenas interessava a revolução »⁵. Tudo estava praticamente estudado (expressão formidável), e no entanto a análise meticulosa e as propostas moderadas não impediram a revolução.

A revolução fez-se, e a Universidade deveio outra. Não aquela que tinha sido sonhada por Sedas Nunes. Para dar apenas um exemplo, lembro que Sedas Nunes se batia pela existência da licenciatura em Sociologia apenas em duas ou três Universidades, tolerando, « com um pouco de criatividade e de imaginação » (a expressão é sua), a existência de pós-graduações nas outras Universidades do país⁶.

² Sedas NUNES, « Histórias, uma história e a História. Sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal », in *Análise Social*, n.º 100, 1988, p. 29.

³ *Ibidem*.

⁴ *Ibidem*, p. 31.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Ibidem*, p. 47. Afinal, não contando com as pós-graduações e os mestrados, e atendo-me apenas às Universidades públicas, existem hoje oito licenciaturas em Sociologia,

Vemos assim como ao gosto de totalização e a uma ideia redentora de ciência, talvez seja prudente contrapor propósitos mais modestos.

Hoje, todo o sistema de ensino, Universidade incluída, volta a provocar em nós um profundo desconforto. Ainda no sábado passado a revista do *Expresso* se lhe referia, num dossier intitulado «A geração de 94», que alguém também há dias chamou de «geração rasca», quando somos todos nós que estamos à rasca. E caracterizava assim o presente mal-estar: «Depois da contestação universitária, eis que explode a revolta do secundário. Espontânea, brutal e desenquadrada de partidos e associações»⁷.

A revolta estudantil ilustra bem um dos problemas da nossa modernidade, o da *diluição do nosso sentido da cidadania*. A este problema aludia Eduardo Prado Coelho numa crónica que escreveu para o jornal *O Público* do último sábado. «Há uma manifesta indiferença dos cidadãos em relação a uma regular participação política», escreve Prado Coelho. «E o que existe são apenas explosões sociais muito violentas e irracionais relativamente desenquadradas em termos de organismos tradicionais, e que desaparecem com a mesma arbitrariedade com que apareceram»⁸.

Mas outros são os problemas da nossa modernidade, e a revolta estudantil ilustra um deles perfeitamente. O do *individualismo*, por exemplo. «Enquanto os nossos antepassados se sentiam enquadrados numa ordem cósmica que dava um sentido e uma hierarquia às suas existências», escreve ainda Prado Coelho, «nós hoje vivemos inteiramente sós e desgarrados no interior de um mundo que se desencantou aos nossos olhos»⁹.

É isso, o mundo desencantou-se aos nossos olhos. Ou seja, já não temos uma visão finalista e teleológica da história. Pelo declínio dos grandes ideais sistémicos do universalismo e do globalismo, caiu a ideia de uma racionalidade central da história. E não havendo um sentido preciso para a história, deixou de haver causas colectivas que suscitem «heróis», isto é, causas colectivas que suscitem uma prática militante, uma ética de «partisan».

E assim, os jovens que se manifestam nas ruas, no melhor dos casos fazem-no festivamente e batem-se por causas corporativas (o que não é o

distribuídas pelas cidades de Braga, Porto, Coimbra, Covilhã e Évora, todas com uma, e por Lisboa, esta com três.

⁷ Cf. *Expresso/Revista*, «A geração de 1994», 14 de Maio de 1994.

⁸ Cf. E. Prado COELHO, «Qual o sentido da minha autenticidade?», in *O Público*, 14 de Maio de 1994.

⁹ *Ibidem*.

mesmo que causas colectivas), ou então limitam-se a realizar performances de grosseria, de agressão e de brutalidade.

Mas além da diluição do sentido da cidadania e da irrupção do individualismo, podemos ainda apontar como problema da nossa modernidade a *hegemonia da razão instrumental*, ou por outra, a hegemonia do paradigma epistemológico que conduziu à racionalidade técnica e ao economicismo, com consequências desastrosas. (Não estou obviamente a fazer uma provocação aos meus amigos engenheiros, até porque as ciências sociais e humanas têm vacilado e sucumbido, também elas, perante a racionalidade técnica e o economicismo. Tem sido esse o paradigma dominante para todos).

E o que é a Universidade na nossa modernidade? Na era da comunicação generalizada (na era dos *mass-media*), a realidade universitária afirma-se como uma multiplicidade de racionalidades locais, a que a lei da autonomia dá expressão institucional. Quer isto dizer que a Universidade se converte numa realidade simultaneamente local e total. Ela é uma realidade heterogênea e específica, e simultaneamente homogênea e global. Enfim, uma realidade fragmentada, como consequência da crise das teorias da verdade e do fundamento e em certa medida também como consequência da lei da autonomia, fecundada no entanto por uma condição translocal, porque é essa de igual modo a nossa moderna condição e a missão de sempre da Universidade.

É este o aspecto positivo da presente situação universitária, onde o relativismo cultural pode constituir uma chance de emancipação e um espaço de liberdade.

Mas a Universidade é também um lugar onde se reflecte o desconforto da nossa modernidade. Mais, se olharmos bem o seu modo de funcionamento, pode mesmo dizer-se que a Universidade concorre grandemente para este mal-estar societal. Numa escala superior a qualquer outra instituição, a Universidade fez seu o mito fundador da nossa sociedade liberal, sociedade de livre circulação de pessoas e de saberes, em que se promete a uma multidão de indivíduos, inapelavelmente condenada ao esquecimento e ao anonimato, a *redenção pelo talento e pelo mérito*. Prometendo uma redenção mirífica, exacerbamos sim o individualismo, e não deixamos de condenar multidões à impotência mais radical.

Assim contribui a Universidade para a diluição do nosso sentido da cidadania e para o reforço do individualismo. Mas pode acrescentar-se que

a Universidade, mais que qualquer outra instituição, tem concorrido também para o triunfo da razão instrumental ¹⁰.

Gostaria neste contexto de glosar uma historieta contada por Michel Foucault, no seu livro *L'ordre du discours*, que ilustra bem o mito sobre que assenta o nosso estilo de vida, e que funciona inteirinho portas adentro da Universidade.

No dealbar do século XVII, o shogun ouviu dizer que a supremacia dos europeus no tocante à navegação, ao comércio, à política, à arte militar, se devia ao conhecimento da matemática. Daí a querer lançar mão a um saber tão precioso foi um passo. Como lhe tinham falado de um marinheiro inglês que possuía o segredo de tão maravilhosos discursos, mandou-o chamar ao seu palácio e prendeu-o. A sós com ele, aprendeu matemática, com as lições necessárias. Assim pôde manter o poder e morrer de velhinho. Só no século XIX, no entanto, é que houve matemática no Japão. (Faço-lhes notar que não é inocente a referência à matemática. Ela está aqui por todas as linguagens formais, que servem a razão técnica, a razão instrumental. E a historieta glorifica-a, fá-la triunfar).

Mas a história não acaba aqui. Há nela um segundo cenário, este europeu. Conta-se então que o marinheiro inglês, Will Adams de seu nome, foi autodidacta, um carpinteiro de profissão, que por ter trabalhado num estaleiro naval, aprendeu geometria.

A lição da história é a de que « ao saber monopolizado e secreto da tirania oriental, a Europa oporia a comunicação universal do conhecimento, o intercâmbio infinito e livre dos discursos » ¹¹.

Aqui está um tema que não resiste à análise. A interacção e a comunicação são figuras positivas que jogam no interior de sistemas complexos de restrição, de exclusão, de limitação, de controle do discurso. Assim a citação e o comentário. Assim a doutrina e os modelos, afinal de contas a

¹⁰ É na exacta medida em que ajuda a eternizar a falácia de que o talento e o mérito constituem a chave que concretiza as nossas expectativas de realização pessoal e social que a Universidade contribui para a diluição do sentido da cidadania, aprofunda o nosso desencanto, e dá azo, nalguns casos, ao surgimento de sentimentos de agressividade.

Também Boaventura S. Santos se refere à crise da Universidade que, em seu entender, recobre três níveis: *crise de legitimidade* (instrumento imprestável para a mobilidade social, a Universidade não serve já a democratização do país); *crise de hegemonia* (o discurso científico é hoje apenas um discurso entre outros, pelo que não pode julgar os outros discursos); *crise institucional* (a Universidade mostra-se incapaz de responder à pressão das exigências sociais). Cf. Boaventura S. SANTOS, *op. cit.*

¹¹ Cf. M. FOUCAULT, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard, 1971, pp. 39-40

*teoria e a metodologia. Assim as disciplinas científicas. Assim o ritual. E o discurso universitário, quer seja o discurso pedagógico, quer o discurso científico, é um discurso de comentário e de citação, de teoria e de metodologia, um discurso de área disciplinar, um discurso ritualizado. Ritualizado, porque tudo está definido quanto à qualificação que os docentes, os investigadores e os alunos devem possuir. Ritualizado, porque tudo está definido quanto à posição que devem ocupar e quanto ao tipo de enunciados que devem formular, aquando de um diálogo, de um exame, de um comentário, de uma lição. Ritualizado, porque tudo está definido sobre os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e o conjunto de signos que acompanham o discurso pedagógico e científico. Ritualizado, enfim, porque no discurso pedagógico e científico está perfeitamente estabelecida a eficácia suposta ou imposta das palavras, o seu efeito sobre aqueles a quem se dirigem e mesmo os limites do seu valor constrangente*¹².

E eu concluo já. Talvez seja agora mais compreensível a razão por que, na parte inicial da minha intervenção, manifestei clara desconfiança relativamente à missão e ao destino dialógicos que alguns cometem à Universidade. Na ordem do saber não entra quem quer: entra quem pode e quem tem o poder de impor a recepção daquilo que diz¹³. E não há mérito nem talento que valham à multidão de indivíduos, inapelavelmente condenada à impotência mais radical, na Universidade e fora dela.

Poderia levantar mais dúvidas sobre a Universidade, que são afinal as dúvidas que tenho sobre a nossa modernidade. Mas suspendo por agora a minha intervenção, de modo a que o debate possa fazer o seu caminho.

¹² Cf. M. FOUCAULT, *op. cit.*, pp. 40-47. Aqui se refere Foucault, num contexto distinto daquele que analiso, a estes sistemas de restrição, exclusão, limitação e controlo da palavra.

¹³ Este é um ponto de vista que a obra de Pierre Bourdieu, no seu conjunto, tem procurado fundamentar. Já agora, é justo referir que o tem conseguido com assinalável êxito.